

## Relatório da Administração

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial e as Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa relativos aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012.

### Cenário Mundial

O ano de 2013 foi marcado pela recuperação da economia americana e com o anúncio do FED (Banco Central Americano) em reduzir o ritmo da compra de ativos, o que representa o início da normalização da política monetária nos EUA. O resultado foi a elevação das taxas de juros americanas de longo prazo e o fortalecimento do dólar. Com esta reprecificação dos prêmios de risco e a consequente alta das volatilidades, os mercados emergentes foram severamente afetados. Nos últimos anos, com a manutenção das taxas de juros dos países desenvolvidos, em patamares historicamente muito baixos, ocorreu uma forte procura por títulos de países emergentes. Com o questionamento dos mercados sobre as mudanças, nas atuais condições de liquidez, as classes de ativos que foram mais beneficiadas com os fluxos tendem a sofrer mais a desalavancagem das posições, levando à volta dos fluxos de capital aos EUA e à queda dos preços dos ativos financeiros nos países emergentes.

Na Zona do Euro, os dados de liquidez seguiram mostrando uma melhora gradual e a nossa expectativa é de um crescimento positivo em 2014, saindo de uma retração da atividade econômica de 0,4% em 2013. No que diz respeito à economia chinesa, os dados econômicos divulgados sinalizam que a economia passa por uma desaceleração gradual e que deve persistir durante o ano de 2014, porém é baixa a possibilidade do PIB ficar abaixo de 7%.

No cenário doméstico, houve uma grande deterioração dos fundamentos macroeconômicos, principalmente nas contas externas, na condução da política fiscal e na confiança do empresário e investidores. O crescimento do PIB em 2013 ficará abaixo do projetado no começo do ano, em torno de 2%, com dados de produção industrial, vendas a varejo e consumo das famílias aquém do esperado. O fraco desempenho da economia não afetou o mercado de trabalho que continua em seu menor nível histórico de desemprego, com menor procura por trabalho. Na política monetária, o Banco Central deu continuidade ao ciclo gradual de aperto monetário e encerrou a taxa Selic em 10% em 2013, elevando no ano em 275 bps. O IPCA encerrou o ano praticamente estável em 5,59%. Projetamos a taxa Selic em 11%, o IPCA em 6% e o crescimento do PIB entre 1,75% - 2,0% em 2014.

No mercado de câmbio, acreditamos que o Banco Central continuará intervindo, principalmente com os leilões de swaps. No médio prazo, a deterioração do déficit em conta corrente, a maior instabilidade dos fluxos de capitais e a evolução dos termos de trocas devem justificar uma taxa de câmbio efetiva mais depreciada.

### Histórico

O Banco Rendimento S/A, Banco Comercial com carteira de câmbio, crédito, financiamento, repasses, BNDES, CDC, investimentos e operações estruturadas, integra o Conglomerado Rendimento que compreende, ainda, as instituições financeiras BBN – Banco Brasileiro de Negócios, Cotação DTVM S/A e Action S/A DTVM. O Banco Rendimento e empresas do grupo têm a missão de liderar o mercado de câmbio negociado em espécie e cartão pré-pago, bem como o segmento de pequenas e médias empresas, com produtos e serviços inovadores e criativos, prestando um atendimento diferenciado e com qualidade visando superar as expectativas de nossos clientes.

### Índice da Basileia

Segundo as Resoluções 4.192/13 e 4.193/13, do Conselho Monetário Nacional, que dispõem sobre a apuração do patrimônio de referência exigido, demonstramos a seguir o comportamento do referido índice durante o exercício de 2013, revelando o enquadramento do Conglomerado Rendimento nos atuais 11%, definido pelo órgão regulador, inclusive com relativa margem de suficiência.

2013	Patrimônio de Referência	Patrimônio de Referência Exigido	Índice Basileia
<b>Janeiro</b>	181.561	133.101	15,00%
<b>Fevereiro</b>	181.364	126.635	15,75%
<b>Março</b>	183.673	126.862	15,93%
<b>Abril</b>	186.741	127.645	16,09%
<b>Mai</b>	188.555	127.417	16,28%
<b>Junho</b>	190.176	145.538	14,37%
<b>Julho</b>	192.592	141.548	14,97%
<b>Agosto</b>	198.886	148.612	14,72%
<b>Setembro</b>	201.886	140.959	15,75%
<b>Outubro</b>	203.175	147.166	15,19%
<b>Novembro</b>	203.119	133.208	16,77%
<b>Dezembro</b>	203.127	129.524	17,25%
<b>Média</b>			<b>15,67%</b>

### Controles Internos, Riscos e Governança Corporativa

O Conglomerado Rendimento mantém estrutura de Governança Corporativa e Controles Internos, aderentes às disposições da Resolução 2.554/98, do Conselho Monetário Nacional. Integra a estrutura de controles internos as unidades responsáveis pela gestão focada em Riscos, Compliance, Prevenção de Lavagem de Dinheiro/Combate ao Financiamento do Terrorismo, Segurança da Informação e Auditoria Interna.

As atividades de controles internos são de responsabilidade das unidades de Governança Corporativa e Auditoria

### Balanços Patrimoniais - 31 de Dezembro de 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Nota	2013	2012
<b>Circulante</b> .....		<b>1.244.315</b>	<b>1.361.859</b>
<b>Disponibilidades</b> .....	5	<b>311.642</b>	<b>258.673</b>
Disponibilidades.....		311.642	258.673
<b>Aplicações interfinanceiras de liquidez</b> .....	6	<b>295.158</b>	<b>268.362</b>
Aplicações no mercado aberto.....		224.834	219.072
Aplicações em depósitos interfinanceiros.....		18.171	18.806
Aplicações em moedas estrangeiras.....		52.153	30.484
<b>Títulos e valores mobiliários</b> .....	7	<b>65.735</b>	<b>54.477</b>
Carteira própria.....		7.291	9.746
Vinculados a operações compromissadas.....		9.504	10.280
Vinculados a prestação de garantias.....		48.940	34.451
<b>Relações interfinanceiras</b> .....		<b>4.796</b>	<b>4.805</b>
Créditos vinculados ao Bacen - encaixe obrigatório.....		830	940
Relações com correspondentes.....		3.966	3.865
<b>Operações de crédito</b> .....	9	<b>369.319</b>	<b>372.124</b>
<b>Setor Privado</b> .....		<b>369.319</b>	<b>372.124</b>
Empréstimos e títulos descontados.....		347.186	337.620
Financiamentos.....		42.583	54.117
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa).....		(20.450)	(19.613)
<b>Outros créditos</b> .....		<b>194.773</b>	<b>401.512</b>
Carteira de câmbio.....	10	148.876	352.448
Negociação e intermediação de valores.....	8c	1.860	2
Diversos.....	11	45.705	49.895
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa).....		(1.658)	(633)
<b>Outros valores e bens</b> .....		<b>2.892</b>	<b>1.906</b>
Outros valores e bens.....		2.318	1.540
Despesas antecipadas.....		574	366
<b>Realizável a longo prazo</b> .....		<b>120.070</b>	<b>149.716</b>
<b>Operações de crédito</b> .....	9	<b>50.790</b>	<b>96.923</b>
<b>Setor Privado</b> .....		<b>50.790</b>	<b>96.923</b>
Empréstimos e títulos descontados.....		28.402	70.598
Financiamentos.....		22.918	30.363
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa).....		(530)	(4.038)
<b>Outros créditos</b> .....		<b>69.280</b>	<b>52.793</b>
Diversos.....	11	69.280	52.793
<b>Permanente</b> .....		<b>65.739</b>	<b>63.184</b>
<b>Investimentos</b> .....	11	<b>55.648</b>	<b>52.318</b>
Participações em controladas - no país.....	12	55.600	52.271
Títulos patrimoniais.....		2	1
Outros investimentos.....		46	46
<b>Imobilizado de uso</b> .....		<b>6.601</b>	<b>7.376</b>
Imóveis de uso.....		1.865	1.865
Outras imobilizações de uso.....		12.351	11.567
(Depreciações acumuladas).....		(7.615)	(6.056)
<b>Diferido</b> .....		<b>231</b>	<b>486</b>
Gastos de organização e expansão.....		3.837	4.011
(Amortização acumulada).....		(3.606)	(3.525)
<b>Intangível</b> .....		<b>3.261</b>	<b>3.003</b>
Ativos intangíveis - outros.....		5.760	4.513
(Amortização acumulada).....		(2.499)	(1.510)
<b>Total do ativo</b> .....		<b>1.430.126</b>	<b>1.574.758</b>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

### Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2013

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital Realizado	Reservas de Capital	Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Total
			Legal	Outras		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2011</b> .....	<b>85.316</b>	-	<b>5.094</b>	<b>50.471</b>	-	<b>140.881</b>
Lucro líquido do exercício.....	-	-	-	-	32.254	32.254
Constituição de reserva legal.....	-	-	1.613	-	(1.613)	-
Constituição de reserva especial de lucros.....	-	-	-	30.641	(30.641)	-
Distribuição de dividendos.....	-	-	-	(10.400)	(10.400)	-
Juros sobre o capital próprio.....	-	-	-	(7.500)	-	(7.500)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b> .....	<b>85.316</b>	-	<b>6.707</b>	<b>63.212</b>	-	<b>155.235</b>
Lucro líquido do exercício.....	-	-	-	-	32.112	32.112
Constituição de reserva legal.....	-	-	1.606	-	(1.606)	-
Constituição de reserva especial de lucros.....	-	-	-	22.806	(22.806)	-
Distribuição de dividendos.....	-	-	-	(500)	-	(500)
Juros sobre o capital próprio.....	-	-	-	-	(7.700)	(7.700)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b> .....	<b>85.316</b>	-	<b>8.313</b>	<b>85.518</b>	-	<b>179.147</b>
<b>Saldos em 30 de junho de 2013</b> .....	<b>85.316</b>	-	<b>7.475</b>	<b>63.212</b>	-	<b>10.785</b>
Lucro líquido do semestre.....	-	-	-	-	16.759	16.759
Constituição de reserva legal.....	-	-	838	-	(838)	-
Constituição de reserva especial de lucros.....	-	-	-	22.806	(22.806)	-
Distribuição de dividendos.....	-	-	-	(500)	-	(500)
Juros sobre o capital próprio.....	-	-	-	-	(3.900)	(3.900)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b> .....	<b>85.316</b>	-	<b>8.313</b>	<b>85.518</b>	-	<b>179.147</b>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

### Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de reais)

- Contexto operacional**  
O Banco Rendimento S/A é um banco comercial, fundado em 1992, com carteira de câmbio e crédito ao mercado de middle market, e em conjunto com suas controladas, opera no mercado financeiro, atuando principalmente com operações de câmbio financeiro e cartões de débito pré pago. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro nacional e internacional, onde certas operações têm a co-participação ou a intermediação de instituições ligadas ao Conglomerado Rendimento. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente.
- Apresentação das demonstrações financeiras**  
As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações Lei 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis 11.639/07 e 11.941/09 e normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), consultanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para perdas, marcação a mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo

de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas, pelo menos, semestralmente.

- Sumário das principais práticas contábeis**
  - Apuração do resultado**  
As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro rata* dia para dias de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionados com operações no exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço através dos índices pactuados.
  - Caixa e equivalentes de caixa**  
Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/08 inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aplicação.
  - Aplicações interfinanceiras de liquidez**  
As operações pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, deduzido das rendas pertencentes ao período futuro, e as pós-fixadas pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. As aplicações em operações compromissadas

### Risco Operacional

O Conglomerado Rendimento, em atendimento às exigências da Resolução 3.380/06, do Conselho Monetário Nacional, implantou estrutura para gestão do risco operacional, com elaboração de Política Institucional e de procedimentos para detecção e avaliação de eventos que possam causar perdas, tais como: fraudes; descontinuidade de negócios; falhas de tecnologia da informação e processos inadequados. Para a gestão do risco operacional, a organização prioriza a utilização de ferramentas e procedimentos preventivos, ante os mecanismos de natureza reativa, visando com isso minimizar a ocorrência de eventos de risco operacional e, consequentemente, de possíveis perdas.

A alocação de capital regulamentar, para suportar eventuais perdas em eventos de risco operacional, é calculada de acordo com a Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada, prevista na Circular 3.383/08, do Banco Central do Brasil.

### Ouvidoria

No que tange ao Direito do Consumidor, o Conglomerado Rendimento atende as disposições da Resolução 3.849/10, do Conselho Monetário Nacional. A unidade de Ouvidoria tem como função ser canal de comunicação entre o Banco e seus clientes, buscando solucionar as questões não resolvidas em outros canais da Instituição, inclusive na mediação de conflitos, bem como propor à Diretoria medidas corretivas ou de aprimoramento de procedimentos e rotinas, em decorrência da análise das reclamações recebidas. A área de Ouvidoria atua independentemente das áreas de negócios do Conglomerado, proporcionando um relacionamento aberto e provido de imparcialidade da Empresa com Clientes, "Stakeholders" e com o público em geral. Tal dispositivo atende às manifestações recebidas através do Banco Central do Brasil, Órgão de Defesa do Consumidor, imprensa, cartas, telefones e e-mail.

### Risco de Mercado e Liquidez

O Conglomerado Rendimento atende as disposições das Resoluções 3.464/07 e 4.090/12, do Conselho Monetário Nacional, com a manutenção de estrutura para Gerenciamento de Risco de Mercado e Liquidez.

A estrutura de Gerenciamento de Risco de Mercado tem por responsabilidade identificar, monitorar e controlar os riscos associados às perdas, decorrentes da flutuação nos valores de mercado, das posições detidas pelo Conglomerado Rendimento. A gestão envolve principalmente os riscos das operações sujeitas à variação cambial e de taxas de juros.

O monitoramento do risco de liquidez consiste em avaliar a possibilidade da instituição não ser capaz de honrar, eficientemente, suas obrigações correntes e futuras, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

O Comitê de Tesouraria e Liquidez é realizado semanalmente com a presença do Diretor Superintendente, da Tesoureira e de outros profissionais da organização, com o objetivo de se analisar cenários de mercado e principalmente definir as estratégias de captação e aplicação de recursos.

### Risco de Crédito

A Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito deve possibilitar a identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos de perdas, associados ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras, nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito, decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação do Conglomerado Rendimento.

O Comitê de Crédito é responsável pela análise dos riscos de crédito associados às operações do Banco. Esse comitê se reúne de acordo com a Política definida pelo Conglomerado Rendimento e delibera sobre os assuntos pertinentes à Política de Gestão de Risco de Crédito e aprova medidas corretivas e de planos de ação para minimizar o Risco de Crédito.

O Gerenciamento do Risco de Crédito, conforme as disposições da Resolução 3.721/09, é de responsabilidade do departamento de Governança Corporativa, que executa atividades segregadas da unidade de negociação e da unidade executora da auditoria interna.

### Política de Deferimento de Crédito

A política de deferimento de crédito, adotada pelo Banco Rendimento, tem por base negócios diversificados, pulverizados, amparados por garantias adequadas e destinados às pessoas e empresas idôneas e que demonstrem capacidade de pagamento. As operações são realizadas com agilidade, segurança, rentabilidade, configurando qualidade e liquidez na aplicação dos ativos.

As operações de crédito, do Banco Rendimento, são destinadas, quase integralmente às pessoas jurídicas do *Middle-Market* nacional.

### Prevenção à "Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo"

O Grupo Rendimento conta com programa desenvolvido para evitar e combater o uso de seus produtos e serviços na "lavagem" de dinheiro oriundo de atividades ilícitas, inclusive os ligados aos casos de corrupção e terrorismo. Para tanto, possui políticas, processos e sistemas de controle de prevenção à lavagem de dinheiro. A participação frequente da alta administração na prevenção e detecção à "lavagem" de dinheiro assegura o alinhamento entre as diversas áreas e atividades do grupo, bem como define política em linha com as melhores práticas internacionais no que se refere à prevenção e combate à "lavagem" de dinheiro e financiamento do terrorismo.

A política "conheça seu cliente", o programa de treinamento de funcionários, os processos e os sistemas de controles e monitoramento de operações permitem a identificação tempestiva de situações atípicas que, depois de analisadas por especialistas, são enviadas para deliberação da alta administração, quanto à pertinência de encaminhamento dos casos às autoridades competentes, tendo ou não a operação sido realizada. As áreas de negócios, do Banco Rendimento, são responsáveis, em primeiro nível, por identificar e recusar negócios e operações que considerarem suspeitas ou atípicas, sendo a proposta de negócio atípica recusada e reportada à alta administração.

### Segurança da Informação

A política e as normas corporativas de segurança da informação contemplam a efetiva proteção dos ativos da informação, constituídos pelas bases de dados dos sistemas, documentos, arquivos com informações extraídas de sistemas e backup de dados, bem como aplicação de controles do framework de Segurança da Informação:

- Controle de Acesso;
- Análise de Vulnerabilidade;
- Criptografia;
- Monitoramento / compliance;
- Proteção de tráfego de informações.

Com o objetivo de preservar a total aderência dos controles internos e dos sistemas informatizados, são mantidos programas de treinamento, conscientização e revisões das políticas focadas na proteção dos dados restritos e de interesse exclusivo de clientes, bem como das informações estratégicas da Organização.

### Plano de Continuidade de Negócio

Quanto ao Plano de Continuidade de Negócios (PCN), o Banco Rendimento e empresas do Grupo, contam atualmente com equipe e gerencia para assegurar que, em momentos de crise, a recuperação e a continuidade dos processos de negócios sejam efetivas, evitando ou minimizando perdas financeiras tanto para as empresas Rendimento como para os clientes.

### Estrutura de Gerenciamento de Capital

O Conglomerado Rendimento, por força de disposições da Resolução 3.988/11, do Conselho Monetário Nacional, implementou estrutura para Gerenciamento de Capital. A mencionada estrutura é responsável pelo monitoramento e controle do capital, mantido pela instituição, e pela avaliação de necessidade de capital para fazer face aos riscos ao qual a instituição está sujeita.

Foi elaborado Plano de Capital do Conglomerado Rendimento para o triênio 2013 a 2015, com projeções de receitas e despesas para o período, estimando-se a compatibilidade futura do índice de Basileia. A partir disso, passou a ser realizado monitoramento contínuo a fim de se observar se o Patrimônio de Referência, em períodos futuros, será suficiente para suportar todos os riscos que possam envolver os negócios das Instituições Financeiras Rendimento, bem como a consistência da política institucional para provisão do capital em níveis superiores aos requeridos legalmente.

### Auditores Independentes

O Banco Rendimento S/A em consonância com o teor da Resolução 3.198/04, do Conselho Monetário Nacional, não contratou e nem teve serviços prestados pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S. não relacionados à auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos.

### Agradecimentos

A administração do Conglomerado Rendimento agradece aos nossos clientes e parceiros do mercado financeiro, pela confiança em nós depositada, e o empenho de nossos Colaboradores.

**A Diretoria**

### Demonstrações do Resultado

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Notas	2º Semestre		Exercício
		2013	2013	
<b>Receitas da intermediação financeira</b> .....		<b>153.507</b>	<b>276.283</b>	<b>220.518</b>
Operações de crédito.....		43.031	83.977	80.332
Resultado de títulos e valores mobiliários.....		16.845	29.998	25.880
Resultado com instrumentos financeiros derivativos.....		(698)	84	2.626
Resultado de operações de câmbio.....		94.329	164.124	111.620
<b>Despesas da intermediação financeira</b> .....				

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012**  
(Valores expressos em milhares de reais)

**e) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa**

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, que requer análise periódica da carteira e sua classificação em 9 níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (perda).  
As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.  
As operações classificadas no nível "H" permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, no mínimo por 5 anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.  
As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas antes da renegociação. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas no nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.  
A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito estabelecido pela Resolução nº 2.682/99 do Banco Central do Brasil (BACEN), conforme demonstrado na Nota 9.

**f) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (Impairment)**

O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando-se o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do período/exercício, conforme previsto na Resolução nº 3.566/08.  
Os valores dos ativos não financeiros são revisados anualmente, exceto créditos tributários, cuja realização é avaliada semestralmente.

**g) Investimentos**

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados pelo custo de aquisição, deduzidas de provisão para perdas, quando aplicável.

**h) Imobilizado, diferido e intangível**

Correspondem aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos e incorpóreos, destinados à manutenção das atividades da Instituição ou exercido com essa finalidade. Os bens do ativo imobilizado (bens corpóreos) estão registrados ao custo de aquisição. A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear às taxas de 20% a.a. para veículos e sistemas de processamento de dados e 10% a.a. para os demais itens.  
O ativo diferido é demonstrado pelo custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização acumulada calculada até a data de encerramento do balanço e representado, basicamente, por benfeitorias em imóveis de terceiros, amortizados pelo prazo contratual de locação, e gastos com aquisição e desenvolvimento de softwares, amortizados pelo prazo de cinco anos. Os saldos existentes no ativo diferido constituídos antes da entrada em vigor da Resolução 3.617/08 do Banco Central do Brasil (BACEN) serão mantidos até a sua efetiva baixa.  
Os ativos intangíveis representam os direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da sociedade ou exercidos com essa finalidade. São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita os seus benefícios econômicos, enquanto os de vida útil indefinida são testados anualmente quanto à sua recuperabilidade.

**i) Depósitos, captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissões de títulos e obrigações por empréstimos e repasses.**  
São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia sendo as de obrigações em moeda estrangeira atualizadas às taxas oficiais de câmbio, vigentes nas datas dos balanços. As captações no mercado aberto são classificadas no passivo circulante em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimento dos papéis que lastreiam as operações.

**j) Imposto de renda e contribuição social**  
As provisões para o imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL), quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporária, sendo o imposto de renda determinado pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 no exercício (R\$ 120 no semestre) e a contribuição social pela alíquota de 15%.  
Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social foram calculados sobre adições e exclusões temporárias. Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídas e são baseados nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da administração.

**k) Operações de câmbio**  
São demonstradas pelos valores de realização, incluindo os rendimentos (em base *pro rata* dia), as variações cambiais auferidas, e provisão para perdas, quando aplicável.

**l) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias**  
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 e Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios:  
**Contingências ativas** - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.  
**Contingências passivas** - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.  
**Obrigações legais** - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos (ou impostos e contribuições). O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

	2013		2012	
	Disponibilidades		Disponibilidades	
Disponibilidades	311.642	258.673	311.642	258.673
Aplicações em operações compromissadas	224.834	219.072	224.834	219.072
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	1.304	-	1.304
Aplicações em moedas estrangeiras	52.153	30.484	52.153	30.484
<b>588.629</b>	<b>509.533</b>	<b>588.629</b>	<b>509.533</b>	

	2013		2012	
	Caixa		Caixa	
Caixa	30.631	24.778	30.631	24.778
Reserva Livre	1.995	4.096	1.995	4.096
Disponibilidades em moedas estrangeiras	279.016	229.799	279.016	229.799
<b>311.642</b>	<b>258.673</b>	<b>311.642</b>	<b>258.673</b>	

	2013		2012	
	Aplicações em operações compromissadas		Aplicações em operações compromissadas	
Aplicações em operações compromissadas	224.834	219.072	224.834	219.072
<b>Posição bancada:</b>	<b>224.834</b>	<b>219.072</b>	<b>224.834</b>	<b>219.072</b>
Letras do tesouro nacional - LTN	80.000	46.019	80.000	46.019
Notas do tesouro nacional - NTN	144.034	135.042	144.034	135.042
Letras financeiras do tesouro - LFT	800	34.013	800	34.013
<b>Posição financiada:</b>	<b>-</b>	<b>3.998</b>	<b>-</b>	<b>3.998</b>
Letras do tesouro nacional - LTN	-	3.998	-	3.998
<b>224.834</b>	<b>219.072</b>	<b>224.834</b>	<b>219.072</b>	

	2013		2012	
	Certificado de depósito interfinanceiro - CDI		Certificado de depósito interfinanceiro - CDI	
Não ligada	-	2.417	-	2.417
Não ligada - crédito rural	11.076	9.911	11.076	9.911
Não ligada - Pronaf	1.723	1.636	1.723	1.636
Não ligada - Subex	3.617	3.211	3.617	3.211
Não ligada - Pronamp	1.755	1.631	1.755	1.631
<b>18.171</b>	<b>18.806</b>	<b>18.171</b>	<b>18.806</b>	

	2013		2012	
	Aplicação em moeda estrangeira		Aplicação em moeda estrangeira	
Aplicação em moeda estrangeira	52.153	30.484	52.153	30.484
<b>295.158</b>	<b>268.362</b>	<b>295.158</b>	<b>268.362</b>	

	2013		2012	
	Títulos e valores mobiliários		Títulos e valores mobiliários	
Títulos para negociação	7.286	7.291	7.286	7.291
<b>Carteira própria - livres</b>	<b>5.195</b>	<b>5.200</b>	<b>5.195</b>	<b>5.200</b>
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	2.091	2.091	2.091	2.091
Ações de companhias abertas	9.495	9.504	9.495	9.504
<b>Vinculadas às operações compromissadas</b>	<b>9.495</b>	<b>9.504</b>	<b>9.495</b>	<b>9.504</b>
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	44.210	44.257	44.210	44.257
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	4.683	4.683	4.683	4.683
Aplicações financeiras em moeda estrangeira	65.674	65.735	65.674	65.735
<b>Total de títulos para negociação</b>	<b>65.674</b>	<b>65.735</b>	<b>65.674</b>	<b>65.735</b>

	2013		2012	
	Valor de custo		Valor de custo	
Referido ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.	5.195	5.200	5.195	5.200
<b>Valor de mercado</b>	<b>5.195</b>	<b>5.200</b>	<b>5.195</b>	<b>5.200</b>
O valor de mercado dos títulos públicos é apurado segundo divulgações nos boletins diários informados pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades de Mercados Financeiros e de Capitais. As ações são avaliadas pela cotação de fechamento do último dia em que foram negociadas em bolsa de valores e as aplicações foram registradas pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.	2.091	2.091	2.091	2.091
<b>Composição por vencimento</b>	<b>2.091</b>	<b>2.091</b>	<b>2.091</b>	<b>2.091</b>
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	2.091	2.091	2.091	2.091
Ações de companhias abertas (i)	-	4.683	-	4.683
Aplicações em moeda estrangeira (ii)	-	65.644	-	65.644
<b>Total</b>	<b>2.091</b>	<b>63.644</b>	<b>2.091</b>	<b>63.644</b>

(i) Ações recebidas, de dação em pagamento, provenientes de recuperação na carteira de crédito.  
(ii) Referem-se a aplicações de margem de garantia em operações NDFs.

	2013		2012	
	Sem vencimento	até 3 meses	de 3 a 12 meses	Acima de 12 meses
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	2.091	-	-	-
Ações de companhias abertas (i)	-	-	-	-
Aplicações em moeda estrangeira (ii)	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>2.091</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

(i) Ações recebidas, de dação em pagamento, provenientes de recuperação na carteira de crédito.  
(ii) Referem-se a aplicações de margem de garantia em operações NDFs.

**8. Instrumentos financeiros derivativos**  
**a) Instrumentos financeiros derivativos**  
O Banco Rendimento S/A opera com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de proteção ("Hedge") contra risco de mercado, que decorrem principalmente das flutuações das taxas de juros e cambial.  
O gerenciamento da necessidade de "Hedge" é efetuado com base nas posições consolidadas por moeda. Dessa forma, são acompanhadas as posições de Dólar e de Reais subdivididas nos diversos indexadores (pré, TR, IGP-M e TJLP). Os instrumentos financeiros derivativos utilizados são, necessariamente, os de alta liquidez, dando-se prioridade aos contratos futuros da BM&F, que são avaliados pelo valor de mercado, por meio dos ajustes diários. A efetividade dos instrumentos de "Hedge" é assegurada pelo equilíbrio das flutuações de preços dos contratos de derivativos e dos valores de mercado dos objetivos de "Hedge". Os instrumentos de "Hedge" podem ser operados em prazos distintos dos seus respectivos objetos, com o intuito de buscar a liquidez do instrumento e de permitir um nível de arbitragem dentro do cenário econômico traçado pela administração. Entretanto, existe a previsão da necessidade de renovação ou de contratação de nova operação de "Hedge", naquelas em que o instrumento financeiro derivativo apresenta vencimento anterior ao do item objeto de "Hedge". A carteira de câmbio é gerenciada de forma que haja o menor descasamento de prazo e volume financeiro possível.

**b) Controles de gerenciamento de riscos**  
As carteiras são controladas e consolidadas pela área de informações gerenciais, sob gestão da diretoria de planejamento, a qual tem por responsabilidade apurar o valor de mercado das posições de derivativos e dos seus respectivos objetos de "Hedge". Essas informações são encaminhadas à mesa financeira para a gestão "intraday". Durante o dia, a mesa possui informações sobre a posição das diversas carteiras ativas e passivas do Banco Rendimento S/A, e providencia os instrumentos de "Hedge" necessários, de acordo com a política previamente definida pela administração. As posições descobertas são acompanhadas constantemente para verificação de que estão dentro dos limites aprovados pelo comitê de risco de mercado.

**c) Composição analítica das operações Mercado Futuro**  
Representadas por contratos de mercado futuro que, conforme determinação do Banco Central do Brasil (BACEN), são registrados em contas de compensação pelo valor do contrato atualizado pelo índice de variação das taxas pactuadas.

	2013		2012	
	Contratos de futuros (i)		Contratos de futuros (i)	
Posição comprada	294.398	184.314	294.398	184.314
Dólar	294.398	184.314	294.398	184.314
Posição vendida	160.163	18.652	160.163	18.652
Dólar	160.163	18.652	160.163	18.652

(i) Os ajustes diários, de contratos futuros, a receber no valor de R\$ 1.860 e a pagar no valor de R\$ 1 (R\$ 653 em 2012), encontram-se registrados na rubrica de Negociação e Intermediação de Valores.  
Essas operações foram custodiadas pela BM&F/BOVESPA

**Termo de moedas - NDF's**  
No segundo semestre de 2013 o Banco Rendimento passou a utilizar o NDF (Non-delivery Forward) como instrumento de "Hedge" de moedas. Em 31 de dezembro de 2013 a posição estava assim composta:

Posição	Valor	
	Compra	Venda
AUD	3.727	(38)
CAD	6.134	(35)
CHF	793	(6)
EUR	112.235	(107)
GBP	8.009	(109)
JPY	525	34
NZD	770	-
USD	3.984	(219)
USD	6.261	(92)
USD	785	5
USD	12.897	11
USD	3.169	57
USD	96.867	(655)
USD	3.761	112
USD	4.134	111
USD	495	(4)
USD	785	5
<b>Total</b>	<b>(930)</b>	<b>(930)</b>

**d) Margem de garantia**  
São dados como margem em garantia, para a realização das operações com instrumentos financeiros derivativos, os ativos apresentados a seguir:

	2013	2012
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	34.451	34.451
Aplicações em moeda estrangeira	4.683	-
<b>Total</b>	<b>48.940</b>	<b>34.451</b>

**9. Operações de crédito**  
Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, as operações de crédito estavam assim representadas:

	2013	2012
<b>Operações de crédito</b>		
Conta corrente garantida	110.045	139.440
Capital de giro	202.271	203.367
Finame	41.587	44.936
Títulos descontados	23.274	33.016
Financiamento em moeda estrangeira	18.013	33.966
Direitos creditórios adquiridos com cobrança	25.481	16.970
Crédito direto ao consumidor - CDC	5.901	5.579
Crédito pessoal	3.329	-
Cédula de crédito de exportação	1.302	7.800
Outros	9.896	7.624
<b>Total das operações de crédito</b>	<b>441.089</b>	<b>492.698</b>

**Outros créditos**  
Adiantamentos sobre contrato de câmbio (nota 10)  
Importação financiada (nota 10)  
Rendas a receber (nota 10)  
**Total outros créditos**  
**Total das operações de crédito**  
Provisão para créditos de liquidação duvidosa  
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa  
**Total da provisão para créditos de liquidação duvidosa**

	2013	2012
<b>a) Composição da carteira</b>		
<b>Setor privado:</b>		
Indústria	90.378	104.321
Comércio	40.615	39.917
Outros serviços	321.911	355.720
Intermediação financeira	1.698	9.946
Pessoas físicas	14.660	14.633
<b>Total da carteira por ramo de atividade</b>	<b>469.262</b>	<b>524.537</b>

**b) Composição da carteira por vencimento**

Vencidas:	2013		2012	
	Valor	%	Valor	%
A partir de 15 dias	44.407	33,027	-	-
<b>A vencer:</b>				
até 90 dias	195.280	225,541	141.285	165,008
de 90 a 360 dias	141.285	165,008	88.290	100,961
acima de 360 dias	88.290	100,961	469.262	524.537
<b>Total da carteira por vencimento</b>	<b>469.262</b>	<b>524.537</b>	<b>469.262</b>	<b>524.537</b>

	2013		2012	
	Valor	%	Valor	%
10 maiores devedores	141.632	30,18%	144.058	27,46%
50 seguintes maiores devedores	210.525	44,88%	220.540	42,04%
100 seguintes maiores devedores	100.109	21,33%	126.649	24,53%
Seguintes maiores devedores	16.596	3,63%	31.230	5,97%
<b>Total da carteira</b>	<b>469.262</b>	<b>100,00%</b>	<b>524.537</b>	<b>100,00%</b>

**d) Provisão para créditos de liquidação duvidosa**  
A constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, está distribuída entre os seguintes níveis de risco:

Nível de Risco	% Provisão	2013			Provisão
		A vencer	Vencidas	Total	
AA	0,5	320.241	-	320.241	1.601
A	1	74.772	72	74.844	748
B	3	22.710	867	23.577	707
C	10	6.558	16.386	22.944	2.294
D	30	222	4.587	4.809	1.443
E	50	309	9.859	10.168	4.930
F	70	-	6.879	6.879	4.815
G	100	42	6.067	6.109	6.109
<b>Total</b>		<b>424.854</b>	<b>44.408</b>	<b>469.262</b>	<b>22.648</b>

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012**

(Valores expressos em milhares de reais)

**b) Remuneração do pessoal chave da administração**  
Anualmente, quando da realização da Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global anual de remuneração dos Administradores, conforme determina o Estatuto Social do Banco Rendimento S/A. O Banco Rendimento S/A incorreu nos seguintes benefícios de curto prazo aos Administradores:

	2013	2012
Remuneração fixa no exercício.....	4.962	5.032
Remuneração variável no exercício.....	900	1.064
Encargos Sociais.....	1.290	1.314
<b>Total.....</b>	<b>7.152</b>	<b>7.666</b>

O Banco Rendimento S/A não possui benefícios de longo prazo, de pós-emprego, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração.

**19. Patrimônio líquido**

**a) Capital social**  
O capital social é representado por 158.438 ações nominativas sem valor nominal, sendo 79.219 ordinárias e 79.219 preferenciais. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas asseguram ao acionista a prioridade de reembolso do capital e o direito de participação na distribuição de dividendos e bonificações, em igualdade de condições com as ações ordinárias.

**b) Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio**  
O capital é remunerado por meio da distribuição de dividendo mínimo obrigatório, previsto nos estatutos, de 6% sobre o lucro líquido ajustado do período. A distribuição de dividendos está sujeita à proposta da diretoria à assembleia geral dos acionistas, a qual poderá deliberar sobre a retenção total ou parcial dos lucros. Pelas assembleias gerais extraordinárias, realizadas no ano de 2013, foi deliberado o pagamento de dividendos no montante de R\$ 500, conforme quadro abaixo:

Data da AGE.....	2013	2012
25/07/2013.....	500	500
Em 02 de julho e 14 de dezembro, do mesmo ano, foi deliberado o pagamento de Juros sobre o Capital Próprio, no montante de R\$ 7.700 (R\$ 6.545 líquido de Imposto de Renda), referentes ao exercício de 2013, calculados com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), nos termos do artigo 9º da Lei 9.249/95. O benefício fiscal decorrente da distribuição de juros sobre o capital próprio reduziu os encargos de imposto de renda e contribuição social do exercício no montante de R\$ 1.925.	7.700	3.800
05/06/2013.....	3.800	3.900
13/12/2013.....	3.900	-

**c) Lucros acumulados**  
No exercício de 2013, o Banco Rendimento S/A apurou um lucro contábil de R\$ 32.112. Adicionalmente, não existem lucros acumulados que devam ser destinados, com base no estabelecido pela Resolução nº 3.605/08.

**d) Reserva legal**  
O Banco Rendimento S/A deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal, que não poderá exceder a 20% do capital integralizado.

**20. Despesas de captação no mercado**

	2013	2012
Depósitos a prazo.....	41.535	48.268
Contribuições ao fundo garantidor de crédito - FGC.....	656	740
Depósitos interfinanceiros.....	5.181	5.906
Operações compromissadas.....	1.891	1.146
<b>49.263</b>	<b>56.060</b>	

**21. Receitas de prestação de serviços**

	2013	2012
Rendas de garantias prestadas.....	1.983	2.044
Tarifas de serviços bancários.....	4.195	2.143
Tarifas de arcação.....	8.842	-
Outros serviços (i).....	10.553	16.318
<b>25.573</b>	<b>20.505</b>	

(i) Representada principalmente por rendas de tarifas nos cartões VTM e CDE

**22. Outras despesas administrativas.**

	2013	2012
Despesas de serviços Sistema financeiro.....	33.590	30.335
Despesas de serviços de terceiros.....	16.989	19.670
Despesas de alugueis.....	4.135	4.029
Despesas de processamento de dados.....	4.831	2.937
Despesas de comunicações.....	2.241	2.354
Despesas de serviços técnicos especializado.....	3.184	2.653
Despesas de promoções e relações públicas.....	1.116	639
Despesas de contribuições filantrópicas.....	1.179	1.234
Despesas de depreciação.....	1.944	1.230
Despesas de amortização.....	1.244	1.239
Despesas de transportes.....	691	436
Despesas de condomínio.....	675	720
Despesas de propaganda e publicidade.....	545	826
Despesas de manutenção e conservação de bens.....	498	488
Despesas de água, energia e gás.....	312	375
Outras despesas administrativas.....	5.135	3.905
<b>78.309</b>	<b>73.070</b>	

**23. Outras receitas e despesas operacionais**

	2013	2012
<b>Outras receitas operacionais</b>		
Recuperação de encargos e despesas.....	417	201
Variações monetárias - câmbio.....	6	29.213
Verba de marketing.....	6.339	4.897
Arrecadação de tributos.....	406	3.809
Bonus diretoria.....	132	-
Reversões provisões tributos.....	160	-
Variações monetárias - outras.....	5	137
Outras.....	31	-
<b>7.496</b>	<b>37.257</b>	

**Outras despesas operacionais**

Cartões.....	-	170
Variações monetárias - câmbio.....	23.672	-
Agio na aquisição de investida.....	2.070	-
Auto de infração.....	1.667	-
Juros e multas sobre impostos.....	364	-
Bônus diretoria.....	617	-
Descontos concedidos.....	120	-
Verba de marketing.....	948	4.270
Outras.....	144	1.954
<b>29.602</b>	<b>6.304</b>	

**24. Avas, fianças e garantias concedidas a terceiros**  
A responsabilidade por avais, fianças e garantias prestadas a terceiros, em 31 de dezembro de 2013, correspondiam a R\$ 115.170 (R\$ 101.409 em 2012) com provisão para perdas no montante de R\$ 1.778.

**25. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias**

**a) Ativos contingentes**  
Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, não existem processos classificados pela Administração como prováveis de realização.

**b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais**

(i) **Provisões trabalhistas** - Os valores das contingências são provisionados de acordo com as análises do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos. O valor indicado como risco provável de perda com estimativa confiável é provisionado integralmente e acrescido de encargos.

(ii) **Provisões civis** - Os valores das contingências são avaliados de acordo com as análises do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos.

(iii) **Provisões fiscais** - As provisões para processos fiscais são representadas por processos judiciais e administrativos, substancialmente, representado pelo seguinte processo:

- Contestação judicial da legalidade do recolhimento do PIS e COFINS, nos termos da Lei nº 9.718/98. Para essa causa, o montante provisionado é de R\$ 40.444 e está provisionado no passivo exigível a longo prazo na rubrica "outras obrigações fiscais e previdenciárias".
- Contestação quanto a base de receita de câmbio e de rendas, defendida pelo Fisco Municipal como tributável para o ISS. O montante provisionado é de R\$ 2.075.

As movimentações das provisões para contingências e obrigações legais, ocorridas no exercício de 2013, estão a seguir apresentadas:

	2013				2012			
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Total	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Total
Saldo no início.....	3.436	-	31.222	34.658	23.377	-	34.658	23.377
Constituições.....	1.917	819	11.297	14.033	12.049	-	14.033	12.049
Realizações/reversões.....	(4.151)	-	-	(4.151)	(759)	-	-	(759)
<b>Saldo no final.....</b>	<b>1.202</b>	<b>819</b>	<b>42.519</b>	<b>44.540</b>	<b>34.658</b>		<b>44.540</b>	<b>34.658</b>

**Depósitos judiciais**

	2013			2012		
	Fiscais	Trabalhistas	Total	Fiscais	Trabalhistas	Total
Inicial.....	29.144	924	30.068	23.218	-	23.218
Constituições.....	10.256	429	10.685	9.926	-	9.926
Realizações/reversões.....	-	(1.014)	(1.014)	(3.076)	-	(3.076)
<b>Saldo no final.....</b>	<b>39.400</b>	<b>339</b>	<b>39.739</b>	<b>30.068</b>		<b>30.068</b>

**c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis**  
Em 31 de dezembro de 2013, as contingências passivas classificadas como perdas possíveis estão representadas por 96 processos de natureza cível, fiscal e trabalhistas que somam, com base nos valores atribuídos aos respectivos processos pelas partes reclamantes (que não representam, necessariamente, o valor de uma possível perda), R\$ 1.871 e estão representados, substancialmente pelos seguintes processos:

- Ações revisionais de cláusulas de contratos de empréstimos e financiamentos
- Ações indenizatórias decorrentes da realização de operações de cartões VTM

**d) Órgãos reguladores**  
Não existem processos administrativos em curso, por parte do Sistema Financeiro Nacional, que possam impactar representativamente o resultado e as operações do Banco Rendimento S/A.

**26. Limites operacionais**  
O Patrimônio de Referência Exigido - PRE, obtido de acordo com os normativos em vigor, está demonstrado, a seguir:

	2013	2012
<b>Patrimônio de referência.....</b>	<b>203.127</b>	<b>90.863</b>
Risco de crédito.....	30.868	2.451
Risco de exposição cambial.....	75	75
Risco de taxas de juros.....	2.132	34.003
Risco de cupom de moedas.....	2.877	2.877
Risco operacional.....	132.401	70.726
Risco parcela Banking.....	70.726	70.726
<b>Patrimônio de referência exigido.....</b>	<b>339.539</b>	<b>178.971</b>

**Margem de patrimônio**  
O índice de Basileia para a data-base de 31 de dezembro de 2013, apurado de acordo com o estabelecido nas Resoluções n's 4.192/13 e 4.193/13 é de 17,25% para o Conglomerado Financeiro (2012 - 15,39%).

**27. Gestão de riscos**  
A Gestão de Riscos é considerada um instrumento essencial para a otimização do uso do capital e para a seleção das melhores oportunidades de negócios, visando obter a melhor relação Risco x Retorno para os acionistas. A gestão focada em riscos é disciplinada por políticas e procedimentos definidos e aprovados pela Alta Administração, que deverão ser seguidos pelas áreas de negócios e monitorados de forma independente pela área de controles internos. As definições estratégicas de maior relevância são realizadas por meio de Comitês Específicos em função da matéria tratada. As principais estruturas para a gestão de riscos encontram-se subordinadas ao Diretor Superintendente, com execução atribuída à Área de Governança Corporativa, que também responde pelas unidades de Prevenção de Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento ao Terrorismo, Atividades de Compliance e de Segurança da Informação.

**I - Risco de Mercado**  
É o risco associado à probabilidade de que a variação, no valor de ativos e passivos, causada pelas incertezas acerca das mudanças nos preços e taxas de mercado, gere perdas para a instituição. O controle do risco de mercado é realizado por equipe especializada e que executa as atividades diárias de mensuração, avaliação e reporte de risco. O processo de gestão e controle de risco de mercado é submetido a revisões periódicas, com objetivo de manter-se alinhado às melhores práticas de mercado e aderente aos processos de melhoria contínua. **Valor em Risco (VaR)** - O processo de análise de risco quantifica a exposição utilizando limites de risco baseados em critérios estatísticos (VaR Estatístico: nível de confiança adequado - é uma medida estatística que estima a perda potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando horizonte de tempo e intervalo de confiança definidos), simulações de estresse (VaR Estressado - é uma medida que estima a perda em condições extremas de mercado a partir de cenários de estresse) e capital econômico alocado. Os limites e a exposição aos riscos de mercado são relativamente baixos quando comparados ao Patrimônio Líquido da instituição, de acordo com a administração dos riscos.

**Testes de Estresse** - Os testes de estresse são baseados nos cenários divulgados pela BM&F. São utilizados quatro cenários, sendo 2 para taxas de juros prefixadas e 2 para câmbio. Para taxa de juros utiliza-se os cenários alta 3 e baixa 3 e para o câmbio utiliza-se um choque de 10% tanto para alta como para baixa. Esses testes são realizados diariamente. De acordo com os critérios de classificação de operações previstos na Resolução nº 3.464/07 e na Circular nº 3.354/07 do Conselho Monetário Nacional e no Novo Acordo de Capitais - Basileia II, a análise é aplicada integralmente às carteiras trading e banking, cujas exposições sofrem impactos significativos sobre o resultado corrente da instituição. A Política de Gerenciamento de Risco de Mercado do Conglomerado, alinhada com os conceitos do Comitê de Basileia, constitui um conjunto de princípios que norteiam a estratégia da Instituição no controle e gerenciamento de risco de mercado.

**II - Risco de Crédito**  
A Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito deve possibilitar a identificação, mensuração, controle e a mitigação dos riscos de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador; à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação do Conglomerado Rendimento. O Comitê de Crédito é responsável pela análise dos riscos de crédito associados às operações do Banco Rendimento S/A. Esse comitê se reúne de acordo com a Política definida pelo Conglomerado Rendimento e delibera sobre os assuntos pertinentes a Política de Gestão de Risco de Crédito e aprova medidas corretivas e de planos de ação para minimizar o Risco de Crédito. O Gerenciamento do Risco de Crédito é de responsabilidade da Área de Governança Corporativa, que executa atividades segregadas da unidade de negociação e da unidade executora da auditoria interna.

**III - Risco Operacional**  
É definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. A crescente sofisticação do ambiente e dos negócios bancários e a evolução da tecnologia tornam mais complexos os perfis de risco das organizações, delineando com mais nitidez esta classe de risco, cujo gerenciamento apesar de não ser prática nova, requer agora uma estrutura específica, distinta das tradicionalmente aplicadas aos riscos de crédito e de mercado. Em linha com os princípios da Resolução nº 3.380/06, do CMN, o Conglomerado Financeiro definiu uma política de gerenciamento do risco operacional. A política constitui um conjunto de princípios, procedimentos e instrumentos que proporcionam uma permanente adequação do gerenciamento à natureza e complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas. A estrutura formalizada na política prevê os procedimentos para identificação, avaliação, monitoramento, controle, mitigação e comunicações relacionadas ao risco operacional, e os papéis e responsabilidades dos órgãos que participam dessa estrutura. A partir de 01 de julho de 2008 entrou em vigor a legislação do BACEN obrigando as instituições financeiras a alocar capital para risco operacional. O Conglomerado Financeiro optou pela utilização da Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada.

**IV - Risco de Liquidez**  
O monitoramento do risco de liquidez consiste em avaliar a possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações correntes e futuras sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. O Comitê de Liquidez é realizado toda segunda-feira com a presença do Diretor Superintendente e da Tesoureira, onde são apresentados o panorama do mercado, caixa e captação. **V - Estrutura de Gerenciamento de Capital**  
O Conglomerado Rendimento, seguindo as normas contidas na Resolução 3.988/11, do Conselho Monetário Nacional, implementou uma estrutura para Gerenciamento de Capital. A estrutura de Gerenciamento de Capital é responsável pelo monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, avaliação de necessidade de capital para fazer face aos riscos a qual a instituição está sujeita, e planejamento de metas. A partir das disposições da Resolução 3.988/11, a instituição passou a calcular um índice de Basileia para valores projetados para um período mínimo de três anos (Plano Trienal de Capital) e verificar se o seu nível estará adequado frente à situação futura, adotando uma visão prospectiva em relação às necessidades de capital. No Plano de Capital também serão considerados os riscos não previstos nas metodologias de cálculo já regulamentadas pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil.

A DIRETORIA

EMILIO BRUNO - Contador - C.R.C. 1SP166.726/0-0

**Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras**

Aos Acionistas e aos Administradores do Banco Rendimento S/A

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Rendimento S/A ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras**  
A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos auditores independentes**  
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de

exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

**Base para opinião com ressalva**  
Conforme nota explicativa 9(d), a provisão para créditos de liquidação duvidosa constituída pelo Banco em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 22.648 mil. Todavia, nossos exames indicaram que para determinadas operações de crédito vencidas, a provisão constituída não seguiu os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, sobretudo no que se refere aos dias de

atraso decorridos nas operações, resultando em uma provisão subavaliada no montante de R\$ 4.557 mil. Consequentemente os saldos do patrimônio líquido e do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 estão subavaliados em R\$2.734 mil líquido dos efeitos tributários.

**Opinião**  
Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto mencionado no parágrafo anterior, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Rendimento S/A em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

São Paulo, 26 de março de 2014.



Auditores Independentes S.S.  
CRC 2SP015199/0-6

Emerson Morelli  
Contador  
CRC-1SP249401/0-4

Eduardo Wellichen  
Contador  
CRC-1SP184050/0-6

**COTAÇÃO**  
Empresa do Grupo Rendimento

**A mais completa solução em câmbio.**

**Produtos de Câmbio**

Papel Moeda\* e Cartões de Viagem Rendimento (MasterCard® e Visa).

\* Consulte condições e disponibilidade.

**Transferências Internacionais**

- Remessa ao exterior;
- Pagamento de cursos, congressos e encomendas;
- Transferências de patrimônio.



**www.cotacao.com.br | 4002-1010**

Ouvidoria do Grupo Rendimento - ouvidoria@rendimento.com.br - 0800 722 0132 (das 9h às 18h, dias úteis).